

# **NEGRI LEITOR DE FOUCAULT — ENTRELAÇAMENTOS, APROPRIAÇÃO E DESLOCAMENTOS ACERCA DO CONCEITO DE BIOPOLÍTICA**

Laio Sampaio Bispo<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo discute, em linhas gerais, alguns pontos acerca do conceito de biopolítica a partir das obras de Michel Foucault e Antonio Negri. Para tanto, abordaremos, em um primeiro momento, a genealogia do poder elaborada por Foucault e seus desdobramentos e deslocamentos internos. Em seguida, iremos expor a perspectiva biopolítica de Negri a partir, e para além, da obra de Foucault. Nesse sentido, seguiremos os procedimentos utilizados pelo autor, que consistem, fundamentalmente, em três momentos: entrelaçamento, apropriação e deslocamento. Por fim, analisaremos, de maneira panorâmica, as proximidades e diferenças contidas em ambas as obras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biopolítica; Biopoder; Entrelaçamento; Apropriação; Deslocamento.

**ABSTRACT:** This article discusses, in general terms, some points about the concept of biopolitics from the works of Michel Foucault and Antonio Negri. For that, we will discuss in the first moment, the genealogy of power developed by Foucault and its developments and internal displacements. Then we

will expose biopolitics prospect of Negri and in addition to, of Foucault's work. In this sense, we will follow the procedures used by the author, consisting fundamentally at three different times: interlacing, appropriation and displacement. Finally, we will analyze, for panoramic way, the proximities and differences contained in both works.

**KEYWORDS:** Biopolitics; Biopower; Interlacing; Appropriation; Displacement.

A genealogia do poder, empreendida por Foucault a partir da década de 1970, está fundamentalmente relacionada à análise das garantias técnicas, da eficácia e, conseqüentemente, da permanência de determinadas estratégias de poder que, por razões mais ou menos elaboradas, legitimaram uma série de relações de dominação e assujeitamento. Há, nesse percurso genealógico, o desenvolvimento de uma analítica rigorosa acerca do poder e da emergência (*Entstehung*<sup>2</sup>) de mutações, sobreposições e complementaridades pontuais nas formas de exercício de poder que atestam e forjam, mediante processos de normalização, verdades a serem postas acerca das condutas em um nível individual e de conjunto.

Interessa a Foucault, nesse sentido, investigar a problemática do poder através de uma perspectiva analítica que o permita compreender o *modus operandi* do poder em sua formação horizontal, heterogênea e aberta às constituições discursivas e técnicas próprias a determinadas circunstâncias históricas que estão, em primeira e última análise, vinculadas ao seu aspecto relacional. Assim, pois, desenvolve-se sua pesquisa acerca da soberania e das disciplinas, cuja culminância encontra-se nos seus estudos sobre uma determinada forma de poder que se projeta sobre a vida da população. Um poder que se dá, ao nível da visibilidade, através da “explosão de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle da população” (FOUCAULT, 2009, p.152). A essa combinação insidiosa de técnicas de intervenção e controles reguladores que se situam e se exercem ao nível da vida — tomando-a em todos os seus aspectos e investindo-a de cima à baixo — Foucault chamará, para fins de conceituação, de *biopolítica*.

A biopolítica é, por certo, um dos conceitos mais trabalhados da obra foucaultiana nos últimos tempos, tendo, em sua própria elaboração, passado por deslocamentos internos importantes — sobretudo as suas acepções nos cursos do *Collège de France*. De modo geral, pode-se afirmar que “se tornou importante ferramenta conceitual para a compreensão e o diagnóstico das crises e mutações políticas do presente, nas quais se anunciam inúmeros desdobramentos possíveis em relação ao futuro” (DUARTE, 2010, p.205). É, portanto, justamente nesses desdobramentos possíveis que se encontram, também, as possibilidades interpretativas que se abrem a partir do diagnóstico e da conseqüente conceituação foucaultiana. Há, nesse sentido, uma vasta investigação analítica que, dentre os efeitos produzidos por suas muitas interpretações, promoveram diversas apropriações e deslocamentos do conceito de biopolítica no quadro geral da produção teórica da filosofia política contemporânea. Um dos exemplos mais emblemáticos encontra-se na obra do filósofo italiano Antonio Negri. A utilização do conceito de biopolítica, em Negri, tem um caráter singular e se apresenta em três usos ou níveis de apreciação, que, embora não se contraponham, não aparecem, necessariamente, da mesma forma no procedimento do autor. Podemos, portanto, identificar, em um primeiro momento, um *entrelaçamento* entre o diagnóstico feito por Foucault — sua genealogia e sua história das tecnologias do poder — e as relações que esse mantém com as análises de Deleuze acerca das sociedades de controle e sua interlocução com a questão da dinâmica da produção biopolítica desenvolvida por Negri. Em um segundo momento, e por conseqüência, haverá uma *apropriação* terminológica dos conceitos de biopoder e biopolítica que se dará para além de seu uso semântico; e, por fim, um *deslocamento* da ferramenta

conceitual foucaultiana como forma de extensão política “para expor as razões do materialismo como um grande irreduzível ‘outro’ do poder” (NEGRI, 2003b, p.9), cuja finalidade estaria, justamente, no entendimento da biopolítica como emergência da subjetividade (NEGRI, 2003a, p.107).

Diante do exposto, nossa intenção é apresentar, a título de consideração, alguns traços do pensamento político contemporâneo sobre o contexto biopolítico. Para tanto, utilizaremos dois autores cujo diálogo nos parece frutífero para interpretação das condições reais de desenvolvimento da conjuntura a qual estamos expostos e inseridos.

### FOUCAULT E A GENEALOGIA DOS PODERES COMO COMPREENSÃO E DIAGNÓSTICO DO PRESENTE

Os conceitos de biopoder e biopolítica foram desenvolvidos mediante a análise dos desdobramentos de uma genealogia do poder. Importa a Foucault investigar as relações de poder em seu próprio exercício, em sua dinâmica constitutiva real, a fim de capturar, na materialidade dessas relações, quais foram as condições de possibilidade para a emergência do que, hoje, se constitui enquanto prática de poder. Portanto, o que está em jogo, quando Foucault se dispõe a investigar através de uma genealogia, é “determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões tão variadas” (FOUCAULT, 2010, p.13).

O primeiro empreendimento foucaultiano, orientado por essa analítica, encontra-se em *Vigiar e punir*. Nessa obra,

Foucault identifica, descreve e analisa uma nova morfologia de poder que se dá a partir das transformações políticas ocorridas na passagem do Antigo para o Novo Regime. Essa transformação diz respeito à implementação de um novo modelo de poder que tem por finalidade uma redistribuição estratégica da organização política que, em um novo arranjo — e voltado a uma maior disseminação e distribuição da lógica de domínio — passa a ser exercida de maneira descentralizada. Essa descentralização ocorre, justamente, na passagem de um modelo de economia de poder, pautada na centralização da figura do soberano, para uma administração disciplinar organizada e distribuída através de instituições diversas (escola, hospital, fábrica, prisão, família, etc). Caberá a essas instituições, a partir daí, disciplinar os indivíduos mediante a utilização de técnicas e procedimentos que os conduzam a uma docilidade que os torne economicamente úteis e politicamente obedientes. A disciplina apresenta-se, tanto formal quanto funcionalmente, como uma tecnologia de poder. Ela é, segundo Foucault, “um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma física ou uma anatomia do poder, uma tecnologia” (1999, p.177).

Uma tecnologia que, como anuncia as linhas precedentes, está voltada ao corpo e, em sentido estrito, ao indivíduo e à formação de sua subjetividade. O poder disciplinar corresponde, assim, a um primeiro investimento de descida do poder às forças do corpo – ou, para usar uma imagem, uma descida àquilo que, tal como nos diz Deleuze através de Valéry, é o mais profundo: a pele<sup>3</sup>.

A estratégia de investir sobre o corpo do indivíduo — e nos meios para docilizá-lo — marca, de forma seminal, uma mutação no exercício do poder. Uma sobreposição da lógica hegemônica voltada ao “poder de morte” delegado ao soberano — “que era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 2009, p.148) — para uma lógica de poder que prevê não a apropriação e/ou supressão, mas o investimento, a produção, o crescimento e a organização das forças. Evidencia-se, portanto, uma transformação do poder soberano — fundamentalmente jurídico — através da instauração de tecnologias disciplinares. Nesse momento tem-se, então, uma inversão da lógica de poder que corresponde a uma mudança de procedimento. Essa transformação no exercício de dominação está fundamentalmente relacionada ao investimento de caráter produtivo que entende o poder em sua positividade. Sobre essa questão, escreve Foucault:

Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede

produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (1979, p.7-8)

Eis, aí, um exemplo de uma das mais interessantes contribuições de Foucault: “ela não é feita para lastimar ou acusar um objeto analisado — no caso, a disciplina -, mas sim para compreendê-lo em sua positividade, isso é, compreendê-lo naquilo que ele é capaz de produzir, em termos de efeito” (VEIGA-NETO, 2007, p.65).

A compreensão foucaultiana acerca da positividade do poder é um dos momentos decisivos para o diagnóstico a respeito da inserção do poder sobre a vida. É essa compreensão — que só se torna possível através da atividade genealógica — que permite medir os desdobramentos da tecnologia disciplinar sobre os corpos em um nível individual, nos termos relativos a uma *anátomo-política do corpo humano*. Apesar de desenvolver-se desde o século XVII, tendo seu processo de afirmação no século seguinte, é a partir do século XIX que uma nova forma de poder sobre a vida começa a se instalar. Nesse momento, “já não importava mais apenas disciplinar as condutas individuais, mas também implantar um gerenciamento planejado da vida das populações” (DUARTE, 2010, p.222). Partindo desse contexto, Foucault vai identificar o aparecimento de novas técnicas e saberes que, embora participem de um nível diferente das disciplinas, “não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações” (FOUCAULT, 2009, p.151). O aparecimento dessa nova forma de poder diz respeito à invenção de uma tecnologia



diversa que coordena, agrupa e promove a regulamentação da massa aleatória de indivíduos que, sujeito a toda sorte de intervenção homogeneizante, passará a ser entendida como *população*. É precisamente com o desenvolvimento da estatística, do urbanismo, da medicina social, dentre outros saberes, que se dá o processo de regulamentação da vida da população. É, portanto, nesse contexto, e motivado por intenções de tal natureza, que nasce aquilo que Foucault denominou de *biopolítica*.

A biopolítica irá lidar com as questões referentes à população, “é a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (FOUCAULT, 2010, p. 206). Desse modo, a biopolítica será, também, uma investigação acerca da natureza dos fenômenos coletivos através de seus mecanismos e funções regulamentadoras. Teremos, a partir do desenvolvimento da biopolítica, tecnologias que agem em consonância e que constituem, em níveis diferentes, um amplo poder sobre a vida baseado em

duas tecnologias de poder que são introduzidas com certa defasagem cronológica e que são sobrepostas. Uma técnica que é, pois, disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças que é preciso tornar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente

modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. (Idem, p.209)

À essa combinação de estratégias de poder — que, embora assimétricas, se constituem em torno de complementaridades e sobreposições — Foucault irá denominar de *biopoder*. É importante atentar para o fato de que, para o autor, a análise da biopolítica não contradiz suas análises precedentes a respeito da sociedade disciplinar, de modo que são partes complementares de sua genealogia cuja extensão se dá sob a denominação conceitual de biopoder. O biopoder, portanto, é o contexto sob o qual estão inseridos, a um só tempo, as estratégias de administração dos corpos (disciplina) e a gestão calculista da vida (biopolítica).

O conceito de biopolítica, no entanto, impõe um deslocamento interno no curso das pesquisas genealógicas do autor. O aparecimento e conseqüente conceituação da biopolítica na terminologia foucaultiana não poderá se dar sem referência alguma ao Estado, que, por razões de especificação contextual, Foucault tinha posto em segundo plano a fim de capturar o modo de funcionamento dos micropoderes disciplinares — estes, como se sabe, voltados para uma estratégia de descentralização do poder cujos procedimentos independiam de uma figura centralizadora, seja ela o soberano ou o Estado. À biopolítica, entretanto, será indispensável à existência de um procedimento normalizador, amplo e eficaz, que exerça a função de intermediário para implementação de políticas que sejam capazes de gerir a vida coletiva.

De fato, o interesse de Foucault se detinha no “como” do exercício propriamente dito da biopolítica, levando em conta o Estado como um vetor de aplicação de

políticas saneadoras perpassadas por estratégias de dominação de caráter normalizador, sem que, no entanto, devêssemos reconduzir toda a micromecânica dos poderes normalizadores à figura do Estado. (DUARTE, 2010, p.224)

Foi, provavelmente, buscando entender esse “como” do exercício da biopolítica que Foucault procurou desenvolver seus estudos sobre as formas de governo para , por fim, chegar ao conceito de *governamentalidade* (2008, p.117-143; 1979, p.277-293). A governamentalidade encontra-se, nesse contexto, em um limiar de atuação tênue que se dá, ao mesmo tempo, interna e externamente ao Estado. No que diz respeito a essa questão, escreve o autor:

Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. (1979, p.292)

Deleuze, sob esse aspecto, resume bem a questão posta por Foucault ao afirmar que “Não existe Estado, apenas uma estatização” (1991, p.83). Em suma, salvo as considerações a respeito dos deslocamentos internos da genealogia foucaultiana, nos parece importante, dada a nossa intenção em estabelecer uma análise acerca da biopolítica, entender o conjunto no qual se insere tal conceito. A governamentalidade, segundo entendemos, tem

por função, na terminologia empregada por Foucault, o propósito de denominar esse “como” — ou, se preferirmos, esse “modo de funcionamento” — do exercício da biopolítica. Diante do que expomos até aqui acerca das emergências e desdobramentos pontualmente localizados dessa genealogia do poder, podemos perceber que o intento do autor consiste, em grande parte, na compreensão dos *porquês* e, mais do que isso, do *como* se deu toda série de investimentos do poder sobre a vida. Essa análise, portanto, em seu conjunto, nos parece fundamentalmente relacionada à tentativa de compreensão e diagnóstico do presente — uma análise voltada a um “pensamento crítico que tomou a forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade” (FOUCAULT apud DUARTE, 2010, p.2).

Essas serão, em parte, algumas das questões sobre as quais se debruçara, também, o filósofo italiano Antonio Negri. Negri, que, ao lado de Michael Hardt, retomou a questão da biopolítica em um contexto relacionado às modificações do trabalho. Seu contexto de inserção, tanto teórica quanto praticamente, diz respeito a um novo uso do conceito de biopolítica, cujo intuito é, de modo geral, torná-lo apto a uma aplicação política no campo das lutas — tomadas, mormente, sob a perspectiva da resistência. O que Negri propõe é, antes, uma reinterpretação do caráter produtivo da biopolítica a partir de Foucault — e, ao mesmo tempo, para além dele.

## ANTONIO NEGRI E O LEGADO FOUCAULTIANO

Podemos afirmar que Antonio Negri assume o legado foucaultiano numa perspectiva nietzschiana. “Retribui mal a um mestre quem sempre permanece apenas discípulo”, escrevera

Nietzsche (s/d, p.16). Negri, no que concerne à sua interpretação da obra de Foucault — sobretudo as questões relativas à biopolítica —, é, por assim dizer, um discípulo exemplar. A interpretação do filósofo italiano consiste em uma série de leituras que tentam, cada qual à sua maneira, inserir o conceito de biopolítica no terreno das lutas, das possibilidades de ação e em torno de questões pertinentes à produção de resistências frente ao capitalismo global. Um primeiro momento desse processo de retomada da biopolítica é, precisamente, um momento de rearranjo contextual. Ainda, uma espécie de *entrelaçamento* teórico que consiste, antes, em assumir uma herança que precisa ser consumida como vetor de aplicabilidade que se fundamenta no reconhecimento de uma potência analítica a ser posta a serviço de seu tempo (e contra ele) e das necessidades que ele impõe. É dessa forma que Negri vai, inicialmente, evocar a biopolítica foucaultiana.

Antonio Negri e Michael Hardt, em *Império* (2012), vão retomar as análises do autor francês para, ali, reconhecerem a importância de uma transição histórica de um novo modelo de paradigma político — “o contexto biopolítico do novo paradigma é totalmente indispensável à nossa análise” afirmam os autores (2012, p.45). Esse reconhecimento se dá a partir de um entrelaçamento que reside em uma leitura da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1999) e da sociedade de controle (DELEUZE, 2010, p.223-230) como fundamento da biopolítica.

Segundo os autores, a sociedade disciplinar — “aquela na qual o comando é construído mediante uma rede difusa de *dispositivos* ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas” (2012, p.42) — não teve

êxito por não conseguir, a título de expansão, “permeiar inteiramente a consciência e o corpo dos indivíduos, ao ponto de tratá-los e organizá-los na totalidade de suas atividades” (ibidem). A disciplina, portanto, enquanto efeito parcial das tecnologias biopolíticas, ainda não era capaz de ampliar seus efeitos para além das instituições que lhes sustentavam. É como consequência desse limite que, segundo Negri e Hardt, a biopolítica se efetiva enquanto novo paradigma de poder que, dada sua extensão e domínio, consegue - para usarmos uma terminologia marxista, também empregada por Negri - subsumir a sociedade por inteiro. Todavia, se a sociedade disciplinar prepara as diretrizes para uma biopolítica da população, é “só a sociedade de controle (que) está apta a adotar o contexto biopolítico como terreno *exclusivo* de referência” (2012, p.23). Deleuze estabelece a diferença entre ambos os modelos, disciplinar e de controle, quando fala sobre a crise dos meios de confinamento: “Os confinamentos são *moldes*, distintas moldagens, mas os controles são uma *modulação*, como uma moldagem autodeformante que mudasse continuamente, a cada instante” (2012, p.225). Ora, se os meios de confinamento — tipicamente disciplinares — são moldes, isso significa entendê-los como distribuição institucional estática, logo, incapaz de mutações internas que possam conferir-lhe ampliação de seu domínio. A biopolítica, portanto, só poderá se efetivar através de modulações — típicas às sociedades de controle — que consigam entender as circunstâncias no interior de sua materialidade relacional. E é a partir daí que se projeta toda sorte de tecnologias de controle que têm no governo das populações, e em seus dispositivos, os meios para abarcar coletivamente a vida. Nesse

sentido, é importante notar que, para Negri, essa passagem da disciplina ao controle se dá, também, nos termos relativos ao desdobramento dos modos de produção moderna para pós-moderna. Correspondendo, assim, à passagem do fordismo ao pós-fordismo (NEGRI, 2003a, p.104-105).

O problema da biopolítica em relação à dinâmica da produção é o que interessa a Negri. Embora tenha esboçado as linhas gerais de uma sociedade de controle, Foucault não chega a elaborá-la objetivamente. Negri, a partir de Deleuze, leva a cabo essa investigação e a alinha segundo a perspectiva da produção. A biopolítica, assim, é elaborada mediante a produção e reprodução da vida coletiva nos diversos aspectos que a compõem. Estamos inseridos, portanto, segundo Negri, em um contexto biopolítico produtivo. Encontra-se, aí, uma primeira crítica a Foucault, que, segundo os autores de *Império*, não entende “a dinâmica real da produção na sociedade biopolítica” (2012, p. 47) — ou, para melhor pôr a questão, não dedica sua analítica a esse viés.

Delineia-se, com base nessa crítica, um procedimento que já não é mais apenas o reconhecimento e rearranjo de um contexto a partir de um entrelaçamento teórico, tal como apontamos anteriormente. A investigação de Negri estende-se, assim, nesse momento, para uma *apropriação* terminológica e conceitual como necessidade que se impõe frente ao reconhecimento dos limites presentes na própria obra de Foucault.

A crítica negriana identifica, basicamente, dois momentos acerca da definição da biopolítica no emprego dado a esse conceito. Segundo Negri, Foucault relaciona a biopolítica, primeiramente, a uma “ciência de polícia” que está na base de uma ciência administrativa estatal arrogada a um direito

público normalizador<sup>4</sup> — relacionado, nos termos dados, fundamentalmente ao Estado e derivando suas práticas conforme as necessidades normalizadoras empregadas através de tecnologias de regulamentação biopolíticas, legitimadas através de um direito público. Mais tarde, haverá uma ultrapassagem desse direito para fins de superação da dicotomia entre Estado e sociedade. Agora, a biopolítica já não é apenas uma tecnologia ligada às intervenções estatais, ela é uma economia política da vida em geral — “Se, no começo, a biopolítica nasce como ciência de polícia, como uma tecnologia ligada ao agir do Estado, sucessivamente ela vem representando-se como um tecido geral que concerne à relação total entre Estado e sociedade” (NEGRI, 2003a, p.105-106). O que Negri retoma é, precisamente, o deslocamento interno à própria obra do filósofo francês, à qual mencionamos nas páginas precedentes e que está relacionado, em Foucault, ao desenvolvimento do conceito de governamentalidade. Negri, todavia, irá ver nesse deslocamento interno uma brecha interpretativa para tensionar as definições de biopoder e biopolítica numa perspectiva que convém às relações de ordem produtiva e às formas de resistência frente ao comando capitalista. Essa distinção será, em última análise, a chave de inteligibilidade que o permitirá se apropriar do conceito foucaultiano para além de sua apreciação diagnóstica. O filósofo italiano, já intuindo seus desdobramentos, elabora as seguintes questões:

*precisamos pensar a biopolítica como conjunto de biopoderes que derivam da atividade do governo, ou, pelo contrário, na medida em que o poder investiu a vida, a*



*vida também se torna um poder?* Ou melhor, podemos dizer que a biopolítica representa um poder que se expressa pela própria vida, não somente no trabalho e na linguagem, mas também nos corpos, nos afetos, nos desejos, na sexualidade? Podemos identificar, na vida, o lugar de emergência de uma espécie de antipoder, de uma potência, de uma produção de subjetividade que se dá como momento de dessujeição? (2003a, p.106, grifo do autor)

Há uma correspondência entre as questões colocadas por Negri e a interpretação de Deleuze acerca das últimas páginas da *História da Sexualidade*. Deleuze, embora não elabore uma distinção entre os termos biopolítica e biopoder — como fará Negri —, percebe, ali, uma abertura intransitiva da liberdade como forma para pensar as condições de resistência. Na era do biopoder, quando a vida encontra-se subsumida em sua integralidade, é ainda possível pensar em uma potência que está na própria vida, afinal, nos diz Deleuze, “quando o poder toma desta maneira a vida como objeto ou objetivo, a resistência ao poder passa a fazer-se em nome da vida, e a volta contra o poder” (1991, p.99). Deleuze, ao ler Foucault e as questões relativas ao poder e a *vida*, aposta em uma *perspectiva da afirmação* que remete a Nietzsche — e, por certo, aposta também na influência que o filósofo alemão exerceu na obra do autor francês. Sobre isso, escreve Deleuze:

A vida se torna resistência ao poder quando o poder toma como objeto a vida. (...) Quando o poder se torna biopoder, a resistência se torna poder da vida, poder-vital que vai além das espécies, dos meios e dos caminhos desse

diagrama. A força vinda do lado de fora — não é uma certa idéia de Vida, um certo vitalismo, em que culmina o pensamento de Foucault? A vida não seria essa capacidade da força de resistir? (1991, p.99)

Ora, o que queremos afirmar é que as questões que levaram Negri à sua interpretação encontram precedentes em Deleuze e, também em muitos momentos, no próprio Foucault quando, por exemplo, ele afirma que “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência. Jamais somos aprisionados pelo poder: podemos sempre modificar sua dominação em condições determinadas e segundo uma estratégia precisa” (1979, p.241). Essas são, porém, intuições ainda imprecisas acerca de uma possibilidade de distinção que carece de objetividade e organização metodológica.

Postas as questões, e levando em consideração as possibilidades interpretativas, Negri irá reivindicar — e, em certo sentido, inaugurar — uma nova proposta de aplicação conceitual dos termos biopolítica e biopoder. Uma aplicação que não diz respeito apenas a uma “ruptura na consideração metodológica, mas da percepção de uma abertura ontológica da liberação” (NEGRI, 2003a, p.107). Na tentativa de responder as questões colocadas acima e pensando a partir da perspectiva da resistência, Negri irá propor as seguintes definições:

Denomina-se “biopoder” identificando, no caso, as grandes estruturas e funções do poder; fala-se em contexto biopolítico ou de “biopolítica” quando, pelo contrário, se alude a espaços nos quais se desenvolvem relações, lutas e produções de poder. Fala-se em biopoder pensando nas nascentes ou nas fontes do

poder estatal e nas tecnologias específicas que o Estado produz, por exemplo, do ponto de vista do controle das populações; fala-se em biopolítica ou de contexto biopolítico pensando no complexo de resistências e nas medidas de choque entre dispositivos sociais de poder. (2003a, p. 107-108)

A biopolítica, portanto, no materialismo negriano, seria este “grande irreduzível ‘outro’ do poder” (2003b, p.9). O biopoder, por sua vez, representaria as tecnologias de domínio e as formas de governo. Em resumo, essa distinção terminológica tem por intuito afirmar, mediante uma definição precisa de ambos os termos, que a biopolítica corresponde ao poder *da* vida — a sua potência ontológica, produtiva e constituinte — e, de modo diametralmente oposto, o biopoder representaria o poder *sobre* a vida — suas formas de disciplinarização, controle e regulamentação que, ao fim e ao cabo, encontram-se em conformidade com toda sorte de assujeitamento. Entendemos, assim, que essa apropriação marca, primeiramente, o caráter ontológico de afirmação da potência da vida em contraposição ao poder que se exerce sobre ela. A *bíos*, portanto, é redefinida intensivamente para demonstrar, antes, que o poder é aquilo que aparece como conseqüência de relações de forças de dominação que submetem a vida a partir de ordenamentos diversos, limitando-a e restringindo seus devires. A vida, como condição de potência, é primeira e antecede toda manifestação de poder. O poder, dessa forma, se apropria da vida para submetê-la, mas há sempre um primado de resistência, um vitalismo que lhe escapa e que reage ativamente a seus investimentos através de uma afirmação da vida. Esse caráter ontológico é, todavia, atravessado pelo

conteúdo político de seu aspecto relacional — tomando a política, aqui, fonte primária da relação do homem com o homem. Em seu aspecto secundário, portanto político, tanto a biopolítica quanto o biopoder “investem a vida social em sua totalidade — donde o prefixo *bio* em comum — mas o fazem de formas diferentes” (HARDT; NEGRI, 2005, p.35). De um lado um poder transcendente, que se situa acima da sociedade e impõe sua ordem. De outro, uma potência imanente à sociedade, que cria relações sociais que subvertem o conteúdo do poder através de formas de colaboração entre as singularidades.

Se, como vimos, Foucault parte de uma influência, ainda que indireta, do pensamento nietzschiano, Negri irá se valer de sua proximidade com a obra de Espinosa. É a partir dela que, segundo nos parece, essa distinção pode ser efetuada nos termos apresentados. Espinosa elabora em sua obra uma distinção entre *potestas* (poder) e *potentia* (potência), que o permite avançar em sua ontologia política e, conseqüentemente, em sua ética. Negri, em seu livro sobre o filósofo holandês, retoma a questão a fim de atualizá-la e instrumentalizá-la. Podemos perceber, aqui, o plano de fundo da distinção negriana entre biopoder e biopotência:

A constituição política é sempre movida pela resistência ao poder, é uma física da resistência: não há complexidade de constituição que não seja complexidade de declarações de potência, de expressão de produção. A constituição política é uma máquina de produção da segunda natureza, de apropriação transformadora da natureza, e portanto de elisão ou de destruição do poder. O poder é contingência. O processo do ser, a afirmação cada vez mais complexa

da potência subjetiva, a construção da necessidade do ser, escavam na base do poder, para demoli-lo. O poder é superstição, organização do medo, não ser: a potência se opõe a ele constituindo-se coletivamente. A apropriação da natureza, aqui, reverteu-se completamente em produção das condições da potência: novamente o paradoxo do resultado, da potência atual, da plenitude do ser! Na composição da subjetividade acumulam-se cada vez mais aquela sociabilidade, aquela inteligência coletiva que erguem a potência contra o poder, que tornam o poder uma forma cada vez mais subordinada e transitória diante da produtividade humana, intersubjetiva, da composição madura da subjetividade. (1993, p.285-286)

A distinção negriana entre biopolítica e biopoder encontra, então, suas razões procedimentais, tanto na forma quanto no conteúdo, na formulação já presente em Espinosa. A interpretação da vida como potência não significa outra coisa senão a tentativa de uma reformulação da relação política — “o tema da biopolítica seria fundamental para uma reformulação da relação política: a biopolítica representaria a passagem do político ao ético, ou ainda, uma perspectiva de construção ética do corpo, da vida dos prazeres e da vida do trabalho.” (2003a, p. 106), afirma Negri em uma clara inspiração de confluências teóricas que lhe dão suporte (Espinosa, Foucault e Marx, respectivamente).

A distinção de Negri, no entanto, só se dará em sua singularidade, e em seu caráter apropriativo, com base na sua aplicabilidade no presente e a partir das circunstâncias que o compõe e o deflagra. A biopolítica na pós-modernidade irá passar por uma espécie de isomorfismo — uma certa mudança de aspecto que, no entanto, compartilha essencialmente da mesma forma

comum que lhe precede — que irá pautar-se pela produção da subjetividade, e em virtude disso se organizará como biopolítico produtivo. Sobre isso, escreve Negri:

é preciso seguir avançando e perguntar o que significa a biopolítica quando entramos na pós-modernidade, e dizer, na fase de desenvolvimento capitalista em que triunfa a subsunção real de toda a sociedade ao capital, nesse momento, quando a articulação da sociedade e a articulação produtiva do capital tendem a se identificar, a biopolítica muda de aspecto: passa a ser biopolítico produtivo. O que significa que a relação entre os conjuntos demográficos ativos (educação, assistência sanitária, transporte, etc.) e as estruturas administrativas que as atravessam é a expressão direta de uma potência produtiva. A produção biopolítica nasce da conexão dos elementos vitais da sociedade, do meio ambiente e do *Umweltenel* em que estão inseridos, e não consideramos que o sujeito dessa conexão seja o Estado, mas, ao contrário, cremos que a força dos conjuntos produtivos, dos indivíduos e dos grupos tornam-se produtivos na medida em que os sujeitos sociais se reapropriam do conjunto. Nesse contexto, a produção social está completamente articulada à produção da subjetividade. (NEGRI, 1998, p. 42-43, tradução nossa)

Essa produção biopolítica — que é também potência produtiva, e, em geral, define hoje o que se entende por biopolítica — pode ser traduzida como a emergência da subjetividade — “hoje o que parece mais interessante é a definição da biopolítica, isto é, da emergência da subjetividade” (NEGRI, 2003a,p.107).

A crítica de Hardt e Negri a Foucault, que mencionamos anteriormente, é precisamente o que marca o *deslocamento* operado por Negri. Falta a Foucault o entendimento da dinâmica real da produção na sociedade biopolítica e será justamente a partir dessa lacuna que Negri irá investir sua pesquisa como forma de deslocamento que está para além do entrelaçamento contextual e da apropriação, mesmo que estes procedimentos tenham sido indispensáveis à sua análise. O deslocamento ocorre — ou, pelos menos, começa a ocorrer — na passagem que corresponde ao entendimento da biopolítica como conjunto de tecnologias de governo de uma população, para o momento em que, em um contexto produtivo, ela passa a ser entendida como conjunto de forças de libertação operado através da resistência de singularidades diversas.

O fundamental, ainda assim e em último caso, se dá a partir de deslocamento da perspectiva da variante metodológica adotada por Negri, que, ao mesmo tempo em que se vale de uma analítica, se organiza, também, em termos constitutivos (NEGRI, 2003a, p. 113, grifos do autor). A biopolítica se apresenta, assim, não apenas como contexto e/ou função a ser entendida e analisada, ela é, antes, um conceito propositivo compreendido em suas dinâmicas e virtualidades cuja intenção não é outra senão sua aplicabilidade política de resistência frente às formas de poder que infligem e assujeitam a vida.

## CONCLUSÃO

Estabelecer um paralelo a partir de aproximações e distanciamentos é sempre uma tarefa arriscada, sobretudo

quando este movimento se dá menos na busca de razões propriamente estabelecidas e mais em direção a possibilidades ensejadas, direta ou indiretamente, sobre o corpo teórico a que se pretende debruçar.

Nossa intenção ao propor uma aproximação, em termos de possibilidades, entre questões postas a partir das obras de Foucault e Negri, é muito mais exploratória do que definitiva, pois tantos os autores, quanto suas respectivas análises acerca do conceito estudado, encontram-se exatamente em um mesmo nível de abertura interpretativa. A Foucault, como vimos, foi preciso o desenvolvimento sistemático de uma genealogia do poder para que pudesse, a partir de uma série de rigorosas análises e desdobramentos internos paulatinos, chegar a uma elaboração consistente da idéia de biopolítica — todavia, ainda insuficiente. A Negri, por sua vez, coube a tarefa de um duplo reconhecimento, o da potência do pensamento herdado e de seus limites.

A seara na qual está inserida a biopolítica foucaultiana é repleta de outros conceitos que são indispensáveis à análise mais detida acerca dessa temática. Aqui, vimos alguns e quais são as relações de interação que compõem o desenvolvimento da conceituação proposta. A governamentalidade, a genealogia do liberalismo como conjunto de governo e outros suportes conceituais foram, por questões que convêm ao próprio espaço e limite da proposta de explanação, trabalhados indiretamente, mas guardadas as suas respectivas importâncias. Em Negri, a biopolítica é um conceito de expansão, ou um conjunto de interação diverso. Aqui, no entanto, limitamos seu campo interpretativo para nos determos, mais especificamente, à sua relação com Foucault. Cabe ressaltar, contudo, que o materialismo marxista de tradição operaísta, que atravessa



a obra de Negri, é, provavelmente, aliado a seu espinosismo imanentista, o que o permite ir com Foucault, além de Foucault. Todas as questões postas acerca da produção têm, aí, seu fundamento e representam o que o permite prosseguir em sua elaboração acerca de conceitos como *multidão*, *trabalho imaterial* e *capitalismo cognitivo*, para citar alguns dos mais importantes.

Em síntese, o que pretendemos nesse texto se insere no âmbito da tentativa de estabelecer, a partir de uma visão panorâmica das interpretações dos dois autores acerca da biopolítica, alguns pontos que consideramos fundamentais para possíveis desdobramentos teóricos que tenham por intenção vinculá-los em um mesmo contexto analítico. Nesse sentido, definimos um procedimento que prevê o reconhecimento de operações de análise (entrelaçamento, apropriação e deslocamento) que não aparecem necessariamente de forma linear, mas que coexistem, a um só tempo, na leitura negriana e que nos dá margem para pensar tanto a obra foucaultiana quanto a biopolítica e suas acepções.

---

---

## NOTAS

<sup>1</sup>Especialista em Filosofia Contemporânea pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (PPGAU-UFBA). E-mail: laiosampaio@hotmail.com.

<sup>2</sup>O conceito de emergência, na genealogia de Foucault, faz referência à idéia nietzschiana de *Entstehung*. Para o autor francês, a *Entstehung* é o traço singular da investigação genealógica de Nietzsche, que, em linhas gerais,

tem por intuito “marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história” (FOUCAULT, 1979, p.15). Em ambos os procedimentos genealógicos, portanto, “estudar a emergência de um objeto — conceito, prática, idéia ou valor — é proceder à análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos que instituíram e alojam tais objetos. Não se trata de onde ele veio, *mas como/de que maneira e em que ponto ele surge*” (VEIGA-NETO, 2007, p.61). A utilização do termo deriva da dificuldade de traduzirmos, tanto para o francês quanto para o português, o termo alemão em sua acepção conceitual. Para tanto, desde já, sempre que fizermos referência à idéia de “emergência”, em termos genealógicos, estaremos nos referindo ao conceito nietzschiano de *Entstehung*.

<sup>3</sup>“(…) os acontecimentos concernem tanto mais os corpos, cortam-nos e mortificam-nos tanto mais quanto percorrem toda a sua extensão sem profundidade”(Deleuze, 1998, p. 11). Tomamos, aqui, para fins de uma breve analogia, o emprego deleuziano da poética de Valery em um sentido reverso. Não como potência do acontecimento nos (e dos) corpos, mas como imagem de poder — antes, como um poder que se dá *sobre* e não como uma potência *dos* corpos. Nesse caso, uma aplicabilidade que corresponde a sentido material de um investimento disciplinar.

<sup>4</sup>Negri, provavelmente, deve se referir a textos ainda embrionários como, por exemplo, *O nascimento da medicina social* (1974) onde fica evidente essa conotação policialesca e administrativa do Estado e do uso de instrumentos de políticas públicas de caráter biopolítico. Nesse texto, Foucault irá tratar, dentre outros exemplos, da noção de *Mediznichepolizei* (1979, p.83) — um tipo de polícia médica de Estado, desenvolvida na Alemanha.

## REFERÊNCIAS

- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- DUARTE, André. *Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

NEGRI, Antonio. *A anomalia selvagem: poder e potência em Spinoza*. Rio de Janeiro: Ed.34, 1993.

NEGRI, Antonio *Cinco lições sobre o império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

NEGRI, Antonio. *El exilio*. Barcelona: El viejo topo, 1998.

NEGRI, Antonio. *Kairòs, Alma Vênus, Multidão: nove lições ensinadas a mim mesmo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b.

NIETZSCHE, Friedrich. *Ecce Homo: como se vem a ser o que é*. Lisboa: Edições 70, s/d.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ENVIADO EM: 01/02/2016  
APROVADO EM: 04/02/2016